

PESQUISAS

RESUMO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EXPERIÊNCIAS DE SOLIDARIEDADE E POLÍTICA – CB-22 – A AÇÃO POPULAR NO JARDIM ZAÍRA (1958-197)

SANDRA APARECIDA PORTUENSE DE CARVALHO*

Esse texto é um resumo de nossa dissertação de mestrado, orientada pela professora Maria do Rosário Cunha Peixoto e defendida em maio de 2013, com o título *Experiências de Solidariedade e Política – CB-22 – A Ação Popular no Jardim Zaíra (1958-197)*. Apresentamos como tema central as experiências vividas e compartilhadas por um grupo de moradores do Jardim Zaíra, município de Mauá, região do ABC Paulista, estado de São Paulo, entre os anos de 1958 e 1970. Para tanto, buscamos compreender as experiências relacionadas ao processo de urbanização daquele bairro, bem como as relações dos moradores junto à Igreja Católica e à Sociedade Amigos de Bairro e do mesmo modo perceber a

participação de membros do Partido Comunista na formação ideológica de alguns moradores. Assim como, analisarmos o engajamento de alguns moradores, a partir de 1968, num movimento político chamado Ação Popular (AP), o qual por meio do processo intitulado “integração na produção” formou no bairro a Célula-base-22 e incentivou a militância contra as arbitrariedades do governo ditatorial presente no Brasil naquela época. Por meio da História oral, procuramos analisar depoimentos de 11 pessoas que estiveram relacionadas àquele movimento.

A análise de fotos que resgatam o cotidiano daqueles moradores, bem como, a apreciação de documentos produzidos pelos órgãos de repressão que tratam sobre suas prisões e julgamento também contribuem para compreensão a cerca do movimento social antes e depois da chegada dos membros da Ação Popular (AP) àquele bairro; da mesma forma, identificar os motivos que os levaram até lá, as experiências oriundas desse encontro e por fim analisar o desmantelamento daquela célula com a prisão e tortura de seus membros e a morte de um deles.

Para compreender as experiências vividas no período anterior a década de 70. A seleção de 11 militantes que estiveram direta ou indiretamente relacionados à Ação Popular (AP), em particular a CB-22, localizada no Jardim Zaíra entre os anos de 1968 e 1970, nos possibilita compreender os sujeitos que desempenharam atuação relacionada àquele movimento. Aproximadamente 15 horas de entrevistas sobre a história de militância antes, durante e depois da AP. Nem todos os entrevistados moravam no Jardim Zaíra. Três eram pertencentes ao processo de Integração na Produção da AP e 1 militante do Movimento Estudantil que auxiliava financeiramente a AP.

Os documentos produzidos pelos órgãos de repressão, tais como os Inquéritos Policiais Militares, localizados no arquivo do Estado de São Paulo e no Projeto Brasil Nunca Mais e processo arquivado no Superior

Tribunal Militar localizado em Brasília, sob número 703/72, nos possibilitaram compreender o processo de criminalização do grupo pesquisado e proporcionaram também a compreensão das ações daquele grupo, suas lutas e resistência frente aos atos de tortura, por eles sofridos, durante os interrogatórios.

Esse processo contém também materiais que na época do julgamento foram considerados “subversivos” e serviram de provas para incriminar os militantes da AP, como por exemplo, uma pequena caderneta do Grupo de Mulheres da Ação Católica, redigido por Gilda Fioravente entre os anos de 1967 e 1968. Nela encontramos receitas de bolo, contas a pagar e também algumas atas contendo o teor das reuniões as quais participavam aquelas donas-de-casa. Um misto de debates a cerca de problemas do cotidiano, como as elevadas taxas de natalidade e a necessidade do planejamento familiar e questões mais amplas como a Guerra do Vietnã. Esse material, que no passado, serviu como prova de crime político, hoje, forma um rico acervo sobre as ações de formação intelectual e política daqueles sujeitos.

Autores como Edward P. Thompson¹ e Raymond Willians² com seus textos possibilitam um olhar sobre os sujeitos envolvidos e suas experiências, do mesmo modo auxiliam na compreensão das relações sociais oriundas desse processo. Diante disso procurou-se analisar as ações coletivas, seus anseios, suas lutas, suas ações de resistência, seus planos, os significados que dão no tempo presente as lutas travadas no passado, ou seja, sua experiência social. Assim também, o uso da História oral por meio de uma relação de igualdade possibilitou-nos um “momento utópico” no qual se criou a possibilidade de imaginar um mundo em que nós e os entrevistados fôssemos iguais, política e socialmente.³

Nos últimos anos intensificaram-se debates sobre movimentos sociais de resistência à Ditadura civil militar no Brasil, junto com eles, a

criação da Comissão da Verdade, em 18 de novembro de 2011, que apresenta como objetivos “descobrir, esclarecer e reconhecer os abusos do passado, dando voz às vítimas” do período por meio de entrevistas “aos que, por muitas vezes ainda hoje, permanecem em silêncio”. Desta forma, por intermédio dos depoimentos orais pretende-se “revelar as causas, as consequências, o modus operandi e as motivações do regime que cometeu os atos de violência e repressão” contra aqueles que se atreveram posicionar-se de maneira contrária ao militarismo. Além dos debates e de toda a polêmica isso vem a contribuir para reescrita da História, além de demonstrar que ainda há muito por se fazer não só em relação ao conhecimento do passado histórico do Brasil, mas principalmente na construção de um futuro dentro de perspectiva democrática.

A região do ABC Paulista tornou-se conhecida nos meios acadêmicos principalmente com trabalhos centrados em movimentos sociais das décadas de 70 e 80 do século XX. Período em que a região tonou-se palco de diversas manifestações em prol da luta pela democracia e reabertura política. Contudo, os movimentos que antecederam a essas ações e que contribuíram para que essa região se tornasse tão combativa, ainda são pouco abordados.

Capítulo 1: experiências de solidariedade, religião e política no jardim zaíra entre 1958 e 1968

Nesse capítulo apresentamos a compreensão sobre os movimentos sociais daquele bairro e o modo como os moradores se articulavam dentro do processo de urbanização iniciado em 1958.⁴

Bairro localizado ao nordeste do município de Mauá formado por moradores de baixo poder aquisitivo, isso se deve ao distanciamento do centro da cidade e seu relevo acidentado, o que proporcionou um valor baixo de seus terrenos em comparação aos demais da cidade.

Nesse cenário de bairro nascente ao final dos anos 50 pudemos perceber como uma trama de vários fios se entrecruza, pessoas de origens e de realidades tão distintas, do mesmo modo que percebemos a influência de diversas ideologias presentes entre aqueles moradores recém-chegados, em sua maioria de esquerda, como as do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Por meio dos relatos de memória de dona Maria Júlia e do senhor Olivier identificamos a contribuição de Joaquim Oliveira, o qual emprestava livros sobre o Comunismo aos jovens do bairro, atuando junto aos operários para reivindicar melhores condições de trabalho e de salário.

No início dos anos 60, durante o Governo de João Goulart, a ideologia da esquerda esteve presente não apenas nas periferias. Viram nela uma possibilidade efetiva de libertação nacional frente às amarras do imperialismo que assolava o país.

Os moradores do Jardim Zaíra, por nós entrevistados, relataram a boa aceitação em relação a “A utopia” da esquerda de unir os brasileiros numa perspectiva de igualdade e de direitos contra a exploração imperialista”. Contudo uma ação revolucionária a um curto prazo, por meio da violência, não agradava a todos. Diante disso, outras formas de agir por via pacífica se destacavam, como por exemplo, as ações da Igreja Católica e, posteriormente, a AP - um movimento revolucionário ímpar, capaz de unir tanto os ideais comunistas quanto os cristãos.

Num cenário de Guerra Fria no qual o Brasil estava inserido, a Igreja Católica Brasileira e Latino-Americana que desde 1935 passava por mudanças, e um dos exemplos era a implementação da Ação Católica, ou seja, o Papa João XXIII por meio da *Mater et Magistra*⁵ aceitou o convívio de diferentes formas de pensamento dentro da Igreja. Com isso ele possibilitava, o diálogo entre católicos e não católicos e determinava o

Bem Comum, como as justas condições sociais, as quais seriam capazes de permitir o desenvolvimento integral do ser humano.

O Concílio do Vaticano II (1962-1965) elaborou documentos a respeito da Doutrina Social, esses documentos faziam referência à “solidariedade universal”, à “Liberdade religiosa”, do mesmo modo, tratava da “consciência dos problemas temporais” diante dos quais a Igreja deveria agir.⁶ Diante disso surgiram as práticas na América Latina de alguns padres, que passaram a se envolver na luta contra a desigualdade social e a miséria.

Sob a influência das decisões do Concílio do Vaticano II e das próprias experiências diante das agruras sofridas pelos moradores do jardim Zaíra é que padre Prexedes propagava os ideais da JOC⁷ de “ver, julgar e agir”, ou seja, observar a situação dos trabalhadores, bem como as ações dos empresários, julgar qual lado teria razão para posteriormente agir na busca do consenso entre as classes.

Além da presença do cristianismo, percebemos uma forte crítica à sociedade e a desestrutura desta, causada pelo modelo econômico na qual o Brasil se inseria. Nesse caso, a Igreja representava a possibilidade de construção de uma nova consciência, capaz de resgatar valores de justiça, liberdade e solidariedade, além de fazer frente ao caráter revolucionário pregado pelos partidos de esquerda.

A Ação Católica contava com a participação de jovens estudantes universitários que contribuíam na alfabetização, cristianização e politização dos moradores.⁸

A peculiaridade de um bairro cujos moradores eram guiados pelo caráter religioso tanto tradicional (marianos) quanto progressista (Ação Católica), bem como as orientações políticas, levaram a várias ações de solidariedade materializadas, por exemplo, na construção da Igreja, da casa paroquial, da luta pelo o posto de saúde e nas reivindicações por infraestrutura local.

A partir de 1968, ao lado dos problemas locais, os moradores do Jardim Zaíra participaram de outros movimentos, como por exemplo, em São Paulo nas comemorações do 1º de maio de 1968, as quais foram organizadas pelo Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) e que pretendia uma grande manifestação unitária dos trabalhadores contando com a presença de várias autoridades, entre eles o governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré. A presença dessas autoridades, principalmente do governador eleito indiretamente, provocou a reação dos manifestantes e um incêndio no palanque governamental.

O entrelaçar das experiências naquele bairro, bem como a situação política e econômica em que o país estava envolvido alterava o teor das discussões. A luta por democracia e liberdade foi relatada pelos entrevistados como algo que se intensificava, sobretudo a partir de 1968. Neste ano, os moradores do Jardim Zaíra passaram a ter uma visibilidade nacional entre os movimentos de esquerda especialmente, depois em 1 de maio. Moradores, juntamente com operários da grande São Paulo, tornaram-se protagonistas de um movimento de contestação frente aos industriais e ao governo Paulista. Diante disso, alguns membros da Ação Popular, numa perspectiva de *Integração na Produção*,⁹ vieram para o jardim Zaíra. Senhor Olivier, analisou da seguinte forma a chegada dessas pessoas:

[...] Então, esse pessoal já veio, digamos assim, como um agricultor primeiro prepara o campo pra depois por a semente, na verdade aqui já tinha até a semente já plantada. Na verdade o que estava precisando mesmo, digamos assim, era tirar um pouco a erva daninha, juntar um pouco de terra, pra planta se desenvolver. Isso do ponto de vista figurativo óbvio [...].¹⁰

Diante desse depoimento é possível perceber que ao relembrar a chegada dos membros da AP ao bairro também é rememorado engajamento e a combatividade daqueles moradores num período anterior, o que ele denomina como “semente” e que os novos militantes

trouxeram algo a mais como uma contribuição intelectual de um movimento marxista-leninista.

Capítulo 2: ação popular e o processo de integração com as massas - chegada da AP ao Jardim Zaíra

Os membros da AP chegaram ao Zaíra em 1968, num processo chamado Integração na Produção.

Movimento fundado em 1962, em Belo Horizonte, surgiu no interior dos grupos de Ação Católica, principalmente da JUC e da JEC. Segundo Hebert de Souza- Betinho- um dos fundadores da AP. Essa organização uniu a ética cristã e as aspirações políticas, com objetivo de implantar o socialismo no Brasil por meio de uma revolução.

Em fevereiro de 1963, em Salvador, os membros da AP realizaram seu primeiro congresso, onde foi aprovado o Documento Base. Neste ficava claro a marca do humanismo cristão e do socialismo revolucionário. A partir de 1964, mesmo com a implantação da ditadura no Brasil a AP cresceu e ramificou-se em várias partes do Brasil.

Os estudos apontam que em 1968 a AP sentiu a necessidade de conhecer “as massas” como eles assim tratavam os trabalhadores. Isso fica claro no trecho a seguir:

A consagração de uma “prática”, e de uma “integração” com as massas em oposição a teoria revolucionária, em oposição ao marxismo leninismo como guia a ação, instalada nas bases o empirismo necessário como garantia para a aplicação de um sistema dogmático e oportunista, porque este sistema articulando-se exatamente sobre uma linha geral política baseia-se numa análise falsa da realidade brasileira, calcada num modelo pré-fabricado, num transplante mecânico e que portanto se afasta dos verdadeiros interesses das classes oprimidas em nosso país.¹¹

A análise desse documento nos permite perceber que eles acreditavam que somente estando próximos ao proletariado, as “classes oprimidas” é que conseguiriam conhecer e alterar a realidade destes.

Nesse momento também, optaram pelo maoísmo¹² como estratégia revolucionária. O militante iria viver, trabalhar e comer com o proletariado. Trocaria o “modelo pré-fabricado” de interpretação dos problemas brasileiros e passaria a se deparar com os “verdadeiros interesses das classes oprimidas” do Brasil.

Nesse caso podemos compreender a opção de vários moradores do Jardim Zaíra pela organização recém-chegada, pois tanto a igreja progressista quanto o maoísmo tinham características comuns como a humildade e a luta pela igualdade. Porém, a estratégia maoísta pretendia ir além e implantar mudanças estruturais contra o imperialismo e no caso do Brasil derrubar a ditadura. A rede de contatos foi criada. O esquema de solidariedade já existia no Jardim Zaíra, como tratamos anteriormente. A novidade trazida pela AP era uma organização estruturada em forma de partido, organizada hierarquicamente e atuante frente à clandestinidade imposta pela Ditadura Militar. Os moradores acolhiam os militantes e auxiliavam a inseri-los nas fábricas, nos movimentos junto à Igreja e à associação dos moradores.

Essa experiência de “revolucionar as mentalidades”, por meio do conhecimento prático da realidade brasileira não modificou apenas os membros “integrados” da AP. Identificamos que sua ida ao ABC e em particular, ao bairro operário de Mauá, modificou também o dia-a-dia dos moradores que receberam esses militantes, pois, os membros da AP trouxeram o conhecimento teórico, textos, livros e a experiência de organização clandestina revolucionária e procuraram transmiti-las aos moradores por meio de palestras, reuniões e panfletos.

Dona Gilda, uma das entrevistadas, relembra que acolheu vários militantes em sua casa. Muitos ela nunca soube o nome, pois os chamava somente pelo “nome frio”. Essa ação de solidariedade foi fundamental para a permanência dos ativistas naquele local.¹³

Um dos dirigentes e fundador da AP, também veio morar no Jardim Zaíra. Betinho morou na casa do senhor Olivier e depois na casa de dona Gilda e lá teve a oportunidade de trabalhar na fábrica de porcelanas Real em Mauá.

Senhor João Bosco que desde muito jovem militou na Ação católica, em 1968 deixou a cidade de Aracaju junto com sua esposa, ingressou no projeto de Integração na Produção vindo morar em Mauá.

Após a implantação do Ato Institucional nº5 em dezembro de 1968, a vida na clandestinidade tornou-se mais complicada e sobre isso a AP orientava seus militantes no sentido de ouvir muito, ser bom observador em relação ao local em que trabalhava, falar pouco, não impor ideias, fazer “as massas” raciocinarem, ajudar no que fosse possível tanto no trabalho do campo quanto na cidade, não deveriam fazer promessas que não pudessem cumprir, ou seja, de acordo com a Direção Nacional da AP expressa no documento intitulado *Ação Popular, política de caráter revolucionário para o movimento camponês, 1968*, “Um revolucionário é um reformador social e deve comportar-se como tal.¹⁴ Pelo documento é possível perceber que algumas regras eram da própria segurança dos militantes integrados ou acolhedores, enquanto outras tratam da própria orientação rumo ao processo revolucionário. O rigor do documento implica em ações revolucionárias, mas ao mesmo tempo deixa claro o aspecto de observador do lugar, aquele que revoluciona sem se impor.

Essa talvez tenha sido a principal razão para que os moradores tivessem engajado naquela organização, pois o Partido comunista em muitos momentos seus membros eram chamados de “velharada do Partidão”, eram vistos como mais ortodoxos, enquanto a AP conseguia mergulhar no espaço dos jovens, nas práticas cotidianas como bailinhos promovidos pela igreja, excursões e outras atividades culturais.

No caso específico do jardim Zaíra, a AP, no processo de integração, soube se inserir na produção e atuar onde já havia espaços organizados, como: nas associações de bairros, nos grupos de jovens da Igreja, nos grupos de estudantes, de donas-de-casa e na Sociedade Amigos do Bairro Jardim Zaíra e Circunvizinhos. Nesse aspecto, a contribuição de Betinho foi fundamental, pois como relatou senhor Olivier, ele soube conviver e aprender o que os mais experientes tinham para ensinar, do mesmo modo, soube interagir com os jovens, misturar-se a comunidade e, a partir disso, orientar os líderes a respeito da melhor maneira de agir.

Formou-se no bairro a Célula-Base-22 a qual seguia as orientações do Comando seccional composto por Paulo Albuquerque de Sá Brito e Aparecido Farias. O Diretório Regional era organizado por Hebert José de Souza e José Celso Garcia, sendo que o primeiro atuou também como líder direto da CB-22 no tempo em que esteve morando no Jardim Zaíra.

A CB-22 estava subdividida em Movimento Operário era coordenado por Raimundo Eduardo da Silva e Gil Gonçalves Junior; Movimento de Juventude seguia às orientações de Maria Julia de Oliveira e Olivier Negri Filho, e o grupo de autodefesa era composto por Raimundo Eduardo da Silva, Jesomar Alves Lobo, Getúlio Miguel de Souza, Paulo Célio e Antônio Miguel de Souza.

Dona Maria Nakano, militante da AP nos aponta para a hierarquização do movimento, segundo ela a AP como os demais partidos de esquerda, era um partido hierarquizado e pouco democrático. Isso, segundo ela se deve ao fato de ser uma organização clandestina, na qual era necessário um olhar cuidadoso em relação à segurança. Os únicos que poderiam ter conhecimento do todo seriam os dirigentes.

A AP cresceu, mesmo na clandestinidade. No caso da CB-22, a ampliação se dava no colégio, na igreja, nas fábricas. Locais onde antes de efetuar o convite se observava o perfil das pessoas a serem

convidadas. Do mesmo modo, as ações tomavam um teor político de combatividade direta contra o governo, o imperialismo e em prol da liberdade e da democracia. Os membros da CB-22 distribuíam panfletos, faziam pichações, organizavam greves e comícios relâmpago.

Outra estratégia para expansão do partido foi a criação de células com pequena quantidade de pessoas o que proporcionava segurança e enraizamento, ou seja, o partido ia adquirindo raízes em vários lugares, ao mesmo tempo.

De acordo com senhor Olivier, panfletos eram redigidos pelos dirigentes, mimeografados e distribuídos, à noite ou durante aglomerações, pelos membros da base. Estes tratavam de críticas contra o governo ditatorial, e continham palavras de ordem como “Abaixo a Ditadura militar”, “mais terras para os camponeses”, “Guerra popular”.

Vários desses panfletos serviram mais tarde como prova para incriminar os membros da CB-22, como por exemplo, O martetele-Jornal de Luta dos trabalhadores da Pohlig de outubro de 1968, que abordava a luta dos trabalhadores para diminuir a jornada de trabalho de 12 horas à noite, do mesmo modo que trazia reivindicações em prol de um restaurante para efetuarem as refeições. Numa época de intensa repressão, também, mencionam os companheiros presos e outros foram demitidos devido a seu engajamento nas manifestações.

Para que a AP pudesse se manter enquanto movimento de massas era necessária uma dedicação integral de seus militantes, porém, a AP não tinha condições de montar uma base financeira sólida capaz de socorrer seus combatentes. Diante disso, a solidariedade era fundamental, fosse dividindo um prato de comida ou auxiliando financeiramente.¹⁵

Capítulo 3: cai a CB – 22, mas ainda resta o sonho

Neste capítulo tratamos das estratégias de resistência dos militantes da AP, bem como do recrudescimento dos órgãos governamentais contra aquelas pessoas.

Desde o final de 1969, os órgãos de repressão ampliaram as ações de vigilância sobre os membros da CB-22. De acordo com depoimentos do senhor Getúlio, de padre Praxedes e do senhor Olivier, todos, tinham consciência de que estavam sendo observados, principalmente por agentes do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).¹⁶

Se antes o bairro apresentava características geográficas e sociais peculiares que lhe proporcionavam segurança, tais como relevo acidentado, ruas sinuosas e população miscigenada, oriunda de várias partes do Brasil, ao final dos de 1969 e, sobretudo em 1970, isso já não era suficiente.

A igreja local passou a ser vigiada, e, se por um lado havia a vigilância sobre as ações do clérigo e dos fiéis, por outro havia também as experiências e estratégias de resistência, como as mudanças no teor dos sermões durante as reuniões e missas. Porém, o medo da repressão era grande, pois havia a consciência diante das injustiças sociais, das atrocidades cometidas pelos militares – verdadeiros tentáculos dos ditadores - e a certeza de que a estrutura e a organização dos movimentos de esquerda daquele bairro eram ínfimas diante da repressão.

As lideranças da AP também tinham conhecimento de que a repressão estava cada vez mais próxima e orientavam seus militantes quanto a criação de estratégias. Sugeriram inclusive que eles fugissem para outros municípios, coisa que poucos tiveram condições de fazer.

Um dos poucos que deixou o bairro foi senhor Getúlio, o qual foi morar em Santo André na companhia de Betinho e sua esposa.

Ao final de 1970 a liderança da AP conseguiu fugir, Betinho, sua esposa e seu filho exilaram-se, a maioria das células já havia sido desmantelada. Diante disso, senhor Getúlio ajudou a “limpar os últimos aparelhos” e ao se ver sozinho voltou para casa.

Por acreditar que como menor de idade a polícia o trataria de forma diferenciada, resolveu se apresentar na seccional de São Bernardo, onde foi preso, barbaramente torturado e depois transferido para a Operação Bandeirantes - OBAN. Foram 45 dias de incomunicabilidade com a família.

Na OBAN, ele foi interrogado e torturado nos dias 24 e 31 de dezembro de 1970. Seu torturador é descrito como um homem de barba, cabelos longos e apelidado de Jesus Cristo. Esse algoz dizia que as torturas deveriam ser lembradas em outras datas como aquelas, ou seja, Natal e Réveillon, bem como seu apelido de JC deveria ser sempre lembrado. Isso demonstra o sadismo peculiar de um torturador cujo apelido se contrapunha as suas práticas. Esses interrogatórios foram comprovados por meio de documentos presentes no Inquérito Policial Militar.

Durante as pesquisas, encontramos documentos produzidos pela Equipe de Interrogatório Preliminar C com carimbo do II Exército – Quartel General CODI/II ex (OB)-DOI, no qual foram redigidos os depoimentos de senhor Getúlio com data da prisão em 22 de dezembro de 1970. Essa data também é do primeiro depoimento, colhido, de acordo com o documento das 00h30 min. às 01h30 min. Posteriormente ele continuou sendo interrogado nos dias 24, 28, 29, 30 de dezembro de 1970 e 1 de janeiro de 1971. Mais uma vez identificamos os abusos dos repressores e como descumpriam suas próprias leis.¹⁷

Além dos choques e dos tapas, havia ainda outras atrocidades como a chamada “cadeira do dragão”, descrita como a tortura mais terrível pela qual passou. A prisão e as torturas deixaram sequelas, como

por exemplo, problemas de saúde física e mental (depressão) e também dificuldades econômicas, uma vez que por ter sido “fichado” pela polícia, senhor Getúlio passou anos sem conseguir um emprego com registro em carteira. A pobreza e as dificuldades por ele enfrentadas em decorrência de sua prisão eram um prolongamento da ação do Estado autoritário.

Outra consequência foi o silêncio que durante anos o acompanhou. Assim como ele tantos outros foram calados. Alguns silenciados em vida, outros silenciados para sempre. Um dos silenciados para sempre pela tortura, foi Raimundo Eduardo da Silva,¹⁸ amigo do senhor Getúlio. Ambos foram militantes da AP no Jardim Zaíra.

As repercussões contra das prisões, torturas e morte do militante da AP do Zaíra intensificaram-se. Setores da Igreja progressista distribuíam panfletos de denuncia e incentivavam a participação popular contra os abusos cometidos pelos militares. Em decorrência disso, outros foram presos, como por exemplo, o padre Giulio Vicini e sua secretária Yara Apadini.¹⁹

Os tentáculos do Estado Autoritário estavam por toda parte e em nome da Lei de Segurança Nacional, vigiava, prendia, torturava, matava e quem denunciasse também seria calado.

Da CB-22 foram indiciadas 70 pessoas, 43 absolvidos e 13 condenados no processo contra a AP, que atuava no Jardim Zaíra, na qual seus membros se relacionavam com membros das células de Santo André, São Bernardo e São Paulo. De nossos entrevistados, 4 foram presos (Olivier, Gilda, Maria Julia e Getúlio).²⁰ Todos relatam as atrocidades sofridas na prisão, descrevendo sessões de tortura e abusos por parte de seus algozes.

O fato da CB-22 ter sido ser desmantelada não significou o desaparecimento do idealismo, do anseio por uma “sociedade igualitária, fraterna”, pois, assim como afirmou dona Maria Julia, as ações da década

de 60 influenciaram as lutas que vieram depois e contribuíram para que a região do ABC nas décadas seguintes fosse vista como uma região intensamente combativa, capaz de enfrentar a ditadura, promover o fim desta e a entrada do país numa era de democracia. Além disso, faz-se necessário ressaltar, após o desmantelamento da célula, as ações contra a ditadura promovidas pelos seus membros deixaram de ocorrer, contudo, os ideais não desapareceram. Em diferentes instâncias, aqueles que passaram pelo Jardim Zaíra ou ainda moram lá, continuam atuando em prol da democracia e dos direitos humanos.

O espírito combativo não desapareceu, os caminhos em tempos de uma jovem democracia é que mudaram. Na fala dos entrevistados é perceptível a ideia de uma institucionalização dos mecanismos de luta e defesa do ser humano as quais estão presentes no cenário público em que fazem parte.

Em especial na região do ABC, de acordo com as pesquisas, vários sindicalistas e militantes que deram origem ao Partido dos Trabalhadores e aos novos sindicatos criados na década de 80 saíram dos movimentos de base da igreja e também da AP.

O trabalho com fontes orais para compreender as experiências vividas por um grupo de moradores no Jardim Zaíra, criamos a possibilidade de ir além da coleta de informações sobre o movimento social, no qual aquelas pessoas se engajaram. Permitimos a inclusão da história daqueles que ousaram pensar e agir de modo contrário às imposições do sistema político e econômico vigente no Brasil entre 1958 e 1970.

O resgate da História da AP no Jardim Zaíra, possibilita não só o dar ouvidos a quem bravamente resistiu às atrocidades cometidas pelos órgãos de repressão, bem como abrem caminho para a melhora do processo democrático.

As utopias do passado, como justiça social, democracia plena e outra perspectiva de futuro estão presentes em cada depoimento e contribuem para as práticas políticas atuais. Nessa perspectiva, vale ressaltar que a combatividade dos anos 60 e 70 viriam a contribuir para que nos anos 80 a região do ABC se tornasse mais visível na luta pela democracia. Do mesmo modo a formação do Grupo de Memória e Resistência do povo de Mauá e Região procura analisar suas ações no passado e agir junto aos membros da Comissão dos Direitos humanos para que os acontecimentos trágicos impetrados pelos órgãos governamentais não voltem a ocorrer.

Notas

¹ Para Thompson essa experiência deve ser observada entre “homens e mulheres retornando como sujeitos (...) não como sujeitos autônomos indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam, suas situações e relações produtivas como necessidades e interesses e também como antagonismos, e em seguida “tratam” Dessa experiência em sua consciência e sua cultura” dessa forma travam um diálogo entre o “ser social” e a consciência social. THOMPSON, Edward P. *A miséria da Teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

² WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Zahar Editores, Rio de Janeiro 1979.

³ PORTELLI, 2009, p. 6.

⁴ O Jardim Zaíra foi loteado a partir de 1950 por Chafik Mansur Sadek. O empresário de ascendência turca era dono da chácara localizada na parte norte do município. Conforme depoimento do senhor Olivier, Chafick Mansur doava tijolos, telhas e janelas como estratégia de venda dos terrenos – conforme entrevista com Olivier Negri Filho e dados da Prefeitura Municipal de Mauá.

⁵ Carta Encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. Disponível em: www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_jxiii_enc_15051961_mater_po.html, 20 de junho de 2012.

⁶ ANTNCICH e SANS, 1986, p. 65.

⁷ Juventude Operária Católica.

⁸ JEC (Juventude Estudantil Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e MEB (Movimento de Educação de Base). KHOURY, 1991, p. 24.

⁹ Integração na Produção.

¹⁰ Olivier Negri filho.

¹¹ Ação Popular, Duas Posições, 1968, p. 10.

¹² Nesse caso a adesão às ideias maoístas se deu através influência das ideias de revolução, na qual esta seria feita através da luta de massas. Para tanto esta deveria ser “formada”, pois segundo os maoístas “a maior fonte de energia para a guerra está nas massas populares”.

¹³ Sobre as estratégias de acolhimento dos militantes ver dissertação páginas 101 e 102.

¹⁴ Documento parte integrante do Processo 703/72 presente no STM com o título *Ação popular, política de caráter revolucionário para o movimento camponês*. 1968, p. 18.

¹⁵ Marilena Nakano, 55 anos, atualmente é professora doutora titular no Centro Universitário Fundação Santo André, engajou-se no movimento estudantil a partir de 1968 quando cursava pedagogia na mesma instituição que trabalha hoje. Para professora Marilena o movimento estudantil foi o caminho para seu engajamento na militância e contestação, paralelo a isso ela ressalta a influência da militância de sua Irmã Maria Nakano, e, por conseguinte, auxiliou a AP com dinheiro. Após ter sido solta a mesma não militou em nenhum movimento diretamente, porém seus relatos de memória nos auxiliam a compreender as redes de solidariedade existentes entre o movimento estudantil e a AP.

¹⁶ CENIMAR, um órgão criado pelo Decreto nº 42.688, de 21 de novembro de 1957, que tinha por finalidade de obter informações de interesse da Marinha do Brasil. A partir da implantação do Regime Militar investigavam as ações consideradas subversivas Investigava, prendia e torturava. O relatório produzido pelo Projeto Brasil Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo apresenta uma lista ade vítimas de prisão e tortura na Base Naval da Ilha das Flores.

¹⁷ Código de Processo Penal Militar (CPPM) artigo 19 §2º de 21 de outubro de 1969 determina:

A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.

¹⁸ De acordo com o “Dossiê Ditadura mortos e desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985” organizado pela Comissão de familiares de mortos e desaparecidos Políticos, Raimundo Eduardo da Silva, era natural de Formiga em Minas Gerais. Operário, estudava no Colégio Estadual Visconde de Mauá, era também atuante no grupo de jovens da Igreja do Jardim Zaíra e presidente da Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Zaíra e circunvizinhos (SABAJAZAC), foi morto dia 5 de janeiro de 1971.

Segundo depoimento dado por seu irmão Hélio Jerônimo da Silva, Raimundo Eduardo vivia clandestino em uma pensão de Santo André, quando, devido a uma confusão no local, ele foi ferido a faca e internado no Hospital Samcil daquele município. Contrariando as recomendações médicas, os militares o

prenderam em 23 de dezembro de 1970 e “9 dias depois ele amanheceu morto lá em Guaianazes como indigente”.

¹⁹ Tanto o padre quando sua secretária foram barbaramente torturados, o que causou a reação do Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que denunciou a prisão e tortura dos dois agentes de pastoral. Suas denúncias foram enviadas para todas as paróquias e tornaram-se conhecidas internacionalmente, chegando a ser noticiadas em jornais da França.

²⁰ salientamos mais uma vez, que o senhor Getúlio, na época menor de idade, por isso não tem seu nome mencionado na sentença final.

Data de envio: 28/10/2013.

Data de aceite: 15/11/2013.